

MINAS GERAIS - CADERNO 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na Modalidade Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

- 1) Amir Miguel de Souza e Outro/Fazenda São Vicente da Direita, Dalel Aparecida - Culturas anuais, perenes, semiperenes, silvicultura, e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Buritis/MG. Protocolo: 52116889/2019. 2) Mistral Agroflorestal S.A/Fazenda São Mateus - Extração de cascalho fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias - João Pinheiro/MG. Protocolo: 51987391/2019. 3) Roberto Porto Rabelo M.E. - Extração de areia para utilização imediata na construção civil - Paracatu/MG. Protocolo: 51957579/2019. 4) Juvenal Alves de Jesus Filho e Outros/ Fazenda Palmital - extração de cascalho fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias - Cabeceira Grande/MG. Protocolo: 52347918/2019. 5) George Wilson Bonizzoni Arambul e Outra/Fazenda Macaúbas I - Matrícula: 40.644 - criação de bovinos de corte, em regime extensivo - João Pinheiro/MG. Protocolo: 52493368/2019. 6) Guilherme Norio Honda e Outro/Fazenda Numbaira, lote 21 - horticultura (Horticultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) - Paracatu/MG. Protocolo: 52866920/2019. 7) Antônio Ângelo Locatelli e Outros/Fazenda Olhos D'Água e Buritis - culturas anuais, semiperenes, perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - João Pinheiro/MG. Protocolo: 53346270/2019. 8) S&D Florestal Agronegócio Fazenda Água Santa LTDA/Fazenda Água Santa, Santa Visão, Campo Alegre e Champrão - horticultura (horticultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) - João Pinheiro/MG. Protocolo: 53399780/2019.

a) Ricardo Rodrigues de Carvalho. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM NOR.

28 1209709 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1. Areal Caldeira Freitas Me - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Conceição de Ipanema/MG - Protocolo nº 51930533/2019. 2. Fazenda Recordação - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Carlos Chagas/MG - Protocolo nº 51994858/2019. 3. Posto Hotel Gira Sol LTDA - Postosrevendedores, postos ou pontosde abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Nova Era/MG - Protocolo nº 52046435/2019. 4. Posto Aguiar e Aguiar LTDA - Posto Trem-Di-Minas - Postosrevendedores, postos ou pontosde abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Sabinópolis/MG - Protocolo nº 52093453/2019. 5. Fazenda Reunidas - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Carlos Chagas/MG - Protocolo nº 52284901/2019. 6. Celulose Nipo Brasileira S.A - Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal. - Virgíópolis/MG - Protocolo nº 52282954/2019. 7. Cerâmica V e N LTDA - Fabricação de cerâmica vermelha (telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido), inclusive com utilização de até 10% dos resíduos "pó de balão" ou "lama de alto-forno" à base seca, em substituição de percentual equivalente na carga de argila - São João do Manteninha/MG - Protocolo nº 52382520/2019. 8. Cerâmica Forte LTDA - Fabricação de cerâmica vermelha (telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido), inclusive com utilização de até 10% dos resíduos "pó de balão" ou "lama de alto-forno" à base seca, em substituição de percentual equivalente na carga de argila - Cantagalo/MG - Protocolo nº 52468271/2019. 9. Posio Veiga e Souza LTDA - Postosrevendedores, postos ou pontosde abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Catas Altas/MG - Protocolo nº 52637671/2019. 10. Comercial de Combustíveis Cristal LTDA - Postosrevendedores, postos ou pontosde abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Coronel Fabriciano/MG - Protocolo nº 52131289/2019. 11. Granitos Leste MG LTDA - Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração - Governador Valadares/MG - Protocolo nº 52870502/2019. 12. Fazenda Dois Irmão/Fazenda São Vicente - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Teófilo Otoni/MG - Protocolo nº 53075918/2019. 13. Celulose Nipo Brasileira S.A CENIBRA (Posto de Combustível Virgíópolis) - Postosrevendedores, postos ou pontosde abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Virgíópolis/MG - Protocolo nº 53279846/2019. 14. Neotec - Soluções e Sustentabilidade LTDA - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos - João Monlevade/MG - Protocolo nº 53297273/2019. 15. Antares Reciclagem LTDA 2ªvia - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos - Governador Valadares/MG - Protocolo nº 38368336/2018. 16. Ricardo Franco e Cia LTDA 2ªvia - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Conselheiro Pena/MG Protocolo nº 38949957/2018. 17. Fralia Imperial Fabricação de Derivados do Cacau e Chocolates LTDA - Torrefação e moagem de grãos - São Gonçalo do Rio Abaixo/MG - Protocolo nº 53302529/2019. (a) Gesiane Lima e Silva. A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

28 1209801 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Antônio Rodrigues de Moura - ME - Lavra a Céu Aberto - Minerais Não Metálicos, Exceto Rochas Ornamentais e de Revestimento - Carmo do Cajuru/MG- PA/Nº 00430/1999/007/2019 - CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. 2) Areias 2 Irmãos Ltda. - ME - Extração de Areia e Cascalho Para Utilização Imediata na Construção Civil e Extração de Argila Usada na Fabricação de Cerâmica Vermelha - Divinópolis/MG- PA/Nº 00746/2015/001/2019 - CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. 3) Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa- Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário - Martinho Campos/MG- PA/Nº 17819/2018/001/2019 - CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. 4) Mineração de Arcia Lambari Ltda. - Extração de Areia e Cascalho Para Utilização Imediata na Construção Civil I- Martinho Campos/MG- PA/Nº 03990/2009/002/2019 - CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. 5) Ronilson de Faria e Cia.Ltda - ME - Fabricação de Cal Virgem - Córrego Fundo/MG-PA/Nº 10321/2005/001/2019- CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. (a) Rafael Rezende Teixeira. O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decisão pelo indeferimento:

- 1) Florestas Ipiranga S/A – Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura – Papagaios e Maravilhas/MG- PA/Nº 25159/2018/001/2018 – Motivo:

Impossibilidade técnica. *Mineração Calciolândia Ltda.– Lavra a Céu Aberto - Minerais Não Metálicos, Exceto Rochas Ornamentais e de Revestimento Produção Bruta (pb) e Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, Com Tratamento a Seco – Pains/MG- PA/Nº 00650/2001/006/2019 – Motivo: Impossibilidade técnica. *Tasso José dos Reis - Me– Lavra a Céu Aberto - Minerais Não Metálicos, Exceto Rochas Ornamentais e de Revestimento – Córrego Fundo/MG- PA/Nº 17066/2013/002/2019 – Motivo: Impossibilidade técnica. *Criscal Ltda.-ME – Fabricação de Cal Virgem, Hidratada ou Extinta– Córrego Fundo/MG- PA/Nº 03255/2007/001/2019. Motivo: Impossibilidade técnica. *Sorel Sociedade Reflorestadora S/A–culturas Anuais, Semiperenes e Perenes, Silvicultura e Cultivos Agrossilvopastoris, Exceto Horticultura – Morada Nova de Minas/MG- PA/Nº 29371/2011/004/2018 – Motivo: Impossibilidade técnica. *Florestas Ipiranga S/A– Culturas Anuais, Semiperenes e Perenes, Silvicultura e Cultivos Agrossilvopastoris, Exceto Horticultura – Abaeté/MG- PA/Nº 13927/2005/004/2018 - Motivo: Impossibilidade técnica. *Morada Agrolforestal Ltda– Central de Recebimento, Armazenamento Temporário, Triagem ou Transbordo de Sucata Metálica, Papel, Papelão, Plásticos ou Vidro Para Reciclagem, Não Contaminados Com Óleos, Graxas, Agrotóxicos ou Produtos Químicos; culturas Anuais, Semiperenes e Perenes, Silvicultura e Cultivos Agrossilvopastoris, Exceto Horticultura, Produção de Carvão Vegetal, Oriunda de Floresta Plantada– Paineiras/MG- PA/Nº 09344/2009/005/2018 - Motivo: Impossibilidade técnica.*Floral Agropecuária Ltda– Central de Recebimento, Armazenamento Temporário, Triagem ou Transbordo de Sucata Metálica, Papel, Papelão, Plásticos ou Vidro Para Reciclagem, Não Contaminados Com Óleos, Graxas, Agrotóxicos ou Produtos Químicos, Culturas Anuais, Semiperenes e Perenes, Silvicultura e Cultivos Agrossilvopastoris, Exceto Horticultura, produção de Carvão Vegetal, Oriunda de Floresta Plantada – Martinho Campos/MG- PA/Nº 01833/2009/002/2018- Motivo: Impossibilidade técnica. (a) Rafael Rezende Teixeira. Superintendente Regional de Meio da SUPRAM do Alto São Francisco.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco, torna público que: *Mineração Vale do Rio Santana Ltda. – Arcos/MG – PA/ Nº 11523/2011/001/2012 - Classe 3 foi reorientado de Licença de Instalação LI (LP+LI) para LACI(LP+LI+LO) – classe 3. * Frigorífico Formigão Ltda. – ME – Formiga/MG - PA/ Nº 00044/2001/012/2017 – classe 5 foi reorientado de Revalidação de LO para Revalidação de LO – classe 5. (a) Rafael Rezende Teixeira. O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco, torna público que: *Mineração Belocel Ltda. Fabricação de cal virgem – ArcosMG – PA/ Nº 09699/2005/002/2017 - Classe 5 foi reorientado de Revalidação de LO para Revalidação de LO (LAC1) – classe 4. (a) Rafael Rezende Teixeira. O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco, torna público que: *URMIGEL – Urbanização Minas Gerais Ltda. Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos – Pará de Minas/MG – PA/ Nº 29346/2016/001/2017 - Classe 3 foi reorientado de Licença de Operação para LAS (CADASTRO) – classe 1. (a) Rafael Rezende Teixeira. O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco, torna público que: *Antônio Olímpio Nogueira e CIA LTDA_ EPP - Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento - Pains/MG – PA/ Nº 01069/2003/002/2012 - Classe 3 foi reorientado de Licença de Instalação para LAC2 (LP+LI) – classe 3. (a) Rafael Rezende Teixeira. O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

28 1209981 - 1

A Diretora Regional de Administração e Finanças da SUPRAM Jequitinhonha no uso de suas atribuições, considerando a Resolução SEMAD nº 2.780 de 21 de fevereiro de 2019, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo indeferimento. JKM Granitos Ltda. – Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; Lavra a céu aberto – rochas ornamentais e de revestimento; Silha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento – Perro/MG. PA/Nº 12336/2018/001/2019. Motivo: Omissão de informação e não apresentação de itens obrigatórios exigidos no termo de referência. (a) Cândida Cristina Barroso de Vilhena. Diretora Regional de Administração e Finanças da SUPRAM Jequitinhonha.

28 1209668 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna público o arquivamento do processo abaixo identificado: 1) Licença de Operação Corretiva (LAC 2): * Dorival Crippa/ Fazenda Larga - culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo e ponto de abastecimento de combustíveis - Januária e Bonito de Minas/MG - PA/Nº 23263/2016/001/2018 - Classe 4. Motivo: Insatisfatoriedade das informações apresentadas. (a) Anderson Silva de Aguiar. Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Secretário Executivo COPAM.

28 1209977 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna públicas as DECISÕES determinadas pela 128ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa e Recursal - CNR, realizada no dia 27 de março de 2019, às 14h, na Praça Rio Branco, nº 100, mezanino do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro - Centro - Belo Horizonte/MG, a saber: 4. Exame da Ata da 127ª RE de 27/02/2019. APROVADA COM ALTERAÇÃO. 5. Processos Administrativos para exame de Recurso do Auto de Infração: 5.1 Vale S.A. - Mina de Águas Claras -Lavra a céu aberto com tratamento a úmido minério de ferro - Nova Lima/MG - PA/Nº 29877/2014/001/2014 - AI/Nº 71.278/2013. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da Feam. INDEFERIDO O RECURSO NOS TERMOS DO PARECER JURIDICO DA FEAM. 5.2 Vale S.A. - Mina Cauê -Lavra a céu aberto e Beneficiamento de minério de ferro - Itabira/MG - PA/Nº 00119/1986/112/2014 - AI/Nº 71.281/2013. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da Feam. INDEFERIDO O RECURSO NOS TERMOS DO PARECER JURIDICO DA FEAM. 5.3 JSA Mineração Ltda. -Extração de rocha para produção de britas - Soledade de Minas/MG - PA/Nº 00259/2000/007/2011 - AI/Nº 63.757/2010. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da Feam. INDEFERIDO O RECURSO NOS TERMOS DO PARECER JURIDICO DA FEAM. 5.4 Prefeitura Municipal de Belo Horizonte -Tratamento de Esgoto Sanitário - Belo Horizonte /MG - PA/Nº 16.388/2007/002/2010 - AI/Nº 8.014/2010. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da Feam. DEFERIDO PARCIALMENTE O RECURSO NOS TERMOS DO PARECER JURIDICO DA FEAM.

(a) Anderson Silva de Aguiar. Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da Câmara Normativa e Recursal.

28 1209993 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna publicas as DECISÕES determinadas pela 27ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris - CAP, realizada no dia 28 de março de 2019, às 9h, na Praça Rio Branco, nº 100, mezanino do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, Centro, Belo Horizonte/MG,

DIÁRIO DO EXECUTIVO

a saber: 4 Exame das Atas da 24ª RO CAP de 20/12/2018 - APROVADA COM ALTERAÇÃO e 26ª RO CAP de 21/02/2019 - APROVADA. 5 Implementação da Política de Regularização Ambiental no Estado de Minas Gerais - Cadastro Ambiental Rural. Apresentação: IEF. APRESENTADO. 6 Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva: 6.1 Oscar José Gontijo/Granja Santa Clara - Avicultura; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Divinópolis/MG - PA/Nº 07610/2004/005/2017 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: SUPRAM ASF. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 6.2 Wanderle Fagundes/Fazenda Patrona - lugar Godoyra Mat. 33.926 - Suinocultura - Araguari/MG - PA/Nº 4456/2007/005/2017 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram TMAP. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 6.3 José Ribeiro de Carvalho/Fazenda Montevidéu, Cachorro, Buenos Aires, Retiro Saco dos Bois e Barreirão - Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) - Lagoa Grande/MG - PA/Nº 50248/2004/002/2014 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NOR. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 7 Processo Administrativo para exame de Renovação da Licença de Operação: 7.1 Amauri Pinto Costa - Avicultura - Itanhandu/MG - PA/Nº 00319/2005/007/2019 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram SM. PEDIDO DE VISTAS pelo conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira, representante da MOVER.

(a) Vanessa Coelho Naves. Diretora de Controle, Monitoramento e Geotecnologia e Presidente Suplente da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris - CAP.

28 1209904 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna públicas as DECISÕES determinadas pela 23ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização - CIF, realizada no dia 28 de março de 2019, às 14h, na Praça Rio Branco, nº 100, mezanino do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro, Centro, Belo Horizonte/MG, a saber: 4. Exame da Ata da 22ª RO CIF de 21/02/2019. APROVADA. 5. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia: 5.1 Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda./Usina Solar Janaúba - Usina solar fotovoltaica - Janaúba/MG - PA/Nº 25867/2018/001/2018 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: SUPPRI. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 05 (CINCO) ANOS. 6. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação Corretiva: 6.1 Serviço Autônomo de Água e Esgoto do São Lourenço - Estação de tratamento de esgoto Sanitário; interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto - São Lourenço/MG - PA/Nº 00764/2003/005/2018 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram SM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 06 (SEIS) ANOS. 7. Processo Administrativo para exame de Renovação da Licença de Operação: 7.1 RP Geradora de Energia Elétrica Ltda. - Central Geradora Hidrelétrica - CGH - Guaranésia/MG - PA/ Nº 00703/2003/005/2019 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram SM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 08 (OITO) ANOS. (a) Elias Nascimento de Aquino. Presidente Suplente da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização - CIF.

28 1209976 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Antônio Augusto Melo Malard
PORTARIA Nº 24, DE 27 DE MARÇO DE 2019
Aprova o regimento interno do Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra Verde.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 9º do Decreto nº. 45.834, de 22 de dezembro de 2011, com base na Lei nº. 2.606 de 05 de janeiro de 1962, alterada pela Lei nº. 8.666, de 21 de setembro de 1984, Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000 e seu Decreto nº. 4.340 de 22 de agosto de 2002, Portaria do IEF nº 201, de 19 de outubro de 2009.

RESOLVE:

- Art. 1º -Aprovar o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra Verde, na forma do Anexo I desta Portaria. Art. 2º - Para efeitos desta Portaria entende-se: I- Membro: entende-se por membro do conselho a entidade, órgão ou instituição que representa determinado segmento no conselho. II - Representante: entende-se por representante do conselho a pessoa indicada por um órgão ou instituição que represente um segmento no conselho. III - Urgência: entende-se por urgência as situações em que não se pode esperar uma reunião do Conselho para que seja tomada uma atitude. O plenário avaliará os pedidos de urgência para verificar a sua pertinência. IV - Ad referendum: sujeito à aprovação ou referendo do Plenário. Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, aos 25de março de 2019. Antônio Augusto Melo Malard - Diretor Geral do IEF

ANEXO I

Capítulo I - Da Natureza

Art. 1º - O Conselho é órgão consultivo, de assessoramento e integrante da estrutura do Parque Estadual Serra Verde, doravante denominado PESV, legalmente instituído pela Portaria IEF nº 201, de 19 de outubro de 2009, instância voltada para contribuir na implementação de ações destinadas à consecução dos objetivos de criação e nas atividades desenvolvidas nesta Unidade de Conservação (UC), e em sua Zona de Amortecimento. O Conselho atua em apoio ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2.000, do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, do seu Plano de Manejo e do presente Regimento.

Capítulo II - Das Finalidades e Atribuições

- Art. 2º - O Conselho tem por finalidade contribuir para a efetiva implantação e cumprimento dos objetivos do PESV, cabendo-lhe as seguintes atribuições: I - formular propostas relativas à gestão do PESV; II - acompanhar, opinar e propor sobre a implementação do Plano de Manejo da UC; III - discutir e propor programas e ações prioritárias para o PESV e sua Zona de Amortecimento; IV - participar das ações de planejamento e propor diretrizes para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com as populações da área de influência da UC e com instituições públicas e/ou privadas, cujos objetivos estejam em sintonia com o PESV; V - opinar e propor sobre a aplicação de recursos financeiros destinados ao PESV, avaliando o orçamento da UC e o relatório financeiro anual sempre que elaborado pelo órgão executor em relação ao objetivo da mesma; VI - manifestar-se sobre assuntos de interesse do PESV e sua Zona de Amortecimento, inclusive sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na UC e em sua Zona de Amortecimento; VII - Auxiliar, sempre que possível, nas ações eventuais pertinentes ao PESV, prestando serviços de acordo com o que o membro possa oferecer; VIII - demais atribuições previstas na Portaria de Criação do Conselho Consultivo do PESV, na Lei Federal n. 9.985/2000 e no seu Decreto Regulamentador. Capítulo III - Da Organização

SEXTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2019 – 5

Seção I - Da Estrutura Art. 3º - Estrutura Organizacional do Conselho é composta de: I - Plenário; II - Presidência; III - Secretaria Executiva; IV - Grupos de Trabalho; Parágrafo Único - O Plenário é a instância soberana do Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra Verde. Seção II - Da Composição Art. 4º -A composição do Conselho é definida em Portaria específica, sendo os representantes dos mesmos indicados formalmente pelas instituições ou entidades para um mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução consecutiva. §1º -A substituição dos representantes do Conselho se dará a pedido do membro, por ofício enviado à Secretaria Executiva ou presidência, ou por não atendimento ao que dispõe o §4º do art. 7º deste Regimento. §2º - A substituição do representante do Conselho será oficializada a partir do registro da substituição citando o membro do conselho assim como os nomes dos representantes substituído e substituto, em ata de reunião ordinária aprovada pelo Conselho. §3º - Nos casos de vacância ocasionada pelo desinteresse ou desligamento dos membros do conselho, caberá indicação pelo presidente com a aprovação do conselho. Seção III - Do Funcionamento da Plenária Art. 5º -Os membros titulares do Conselho serão representados pelos suplentes em suas faltas ou impedimentos. Art. 6º -Ao Plenário compete: I - Analisar, opinar e aprovar sobre assuntos encaminhados à sua apreciação; II - Propor, discutir e votar matérias relacionadas à consecução das finalidades do Conselho previstas neste Regimento Interno; III - Designar atribuições, emitir opiniões, aprovar ou rejeitar suas indicações; IV - Apresentar moções de congratulações, repúdio ou outras de interesse do PESV; V - Propor Grupos de Trabalho para fins específicos e suas atribuições; VI - Aprovar o Regimento Interno e suas alterações; VII - Aprovar as Atas das reuniões; VIII - Elaborar anualmente calendário de reuniões ordinárias para o ano subsequente; Art. 7º -O Plenário realizará as reuniões ordinárias de acordo com o calendário aprovado e, extraordinária a qualquer momento, por convocação da Presidência do Conselho ou por solicitação da maioria simples de seus integrantes, respeitando-se o prazo mínimo de convocação de 7 (sete) dias, os pontos de pauta constantes da mesma e o seu local e horário de início. §1º -Em caso de urgência, este prazo poderá ser desconsiderado. §2º - A convocação para as reuniões do Conselho será efetuada preferencialmente através do endereço eletrônico a cada conselheiros titulares, suplentes e respectivas instituições, podendo ser utilizado outro meio idôneo. §3º - A falta da instituição membro em 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) alternadas no período de 12 (doze) meses implicará em notificação formal à instituição representada e caso não se pronuncie apresentando justificativa através de ofício e/ou email em 20 (vinte) dias, ocorrerá a perda da respectiva vaga, e definição de novo membro conselheiro conforme Art.4º. §4º -Os conselheiros titulares e os suplentes, quando impossibilitados de comparecer em reuniões, deverão comunicar à Secretaria Executiva, e apresentar, até cinco dias úteis da data da reunião, justificativas para apreciação pelo Plenário. §5º -Justificativas não aprovadas pelo Plenário serão consideradas como falta. §6º - Iniciada a reunião e estando ausente o conselheiro titular, o seu suplente, se presente, passa a ter direito de voto até o final da reunião, independente da chegada posterior do titular. Art. 8º -O quórum de votação será por maioria absoluta (metade mais um dos membros que têm direito a voto). §1º - A instalação da reunião do Conselho independe do número de representantes presentes, não havendo, portanto, um quórum mínimo de instalação para que a mesma aconteça. §2º - Poderão participar das discussões, sem direito a voto, convidados indicados por Conselheiros e Presidente. A Presidência autorizará ou não as intervenções e as organizará a seu critério, determinando o tempo de depoimentos e debates. Art. 9º - As reuniões do Plenário obedecerão à seguinte ordem: I - Abertura dos trabalhos pela Presidência do Conselho; II - Discussão e aprovação: a) da ata da reunião anterior; b) das justificativas de ausência; III - Informes; IV - Constituição de Grupos de Trabalhos, se for o caso; V - Discussão dos assuntos da pauta; VI - Assuntos gerais; VII - Encerramento. Art. 10 -Os pareceres dos Grupos de Trabalho, a serem apresentados durante as reuniões, deverão ser elaborados por escrito e entregues à Secretaria Executiva ou Presidência até a data da próxima reunião. Art. 11 -Durante a exposição dos assuntos contidos nos pareceres apresentados pelos Grupos de Trabalho e seus Relatores não serão permitidos apartes. Parágrafo Único - Terminada a exposição do parecer dos Grupos de Trabalho e ou Relatores, será o assunto posto em discussão, sendo assegurado para cada membro do Plenário o direito de manifestação em tempo a ser definido pela Presidência. Art. 12 -Após o término das discussões, o assunto será votado pelo Plenário do Conselho. Art. 13 -Das reuniões do Plenário serão lavradas atas pela Secretaria Executiva, que serão enviadas, via correio eletrônico, aos membros do Conselho e submetidas à aprovação em reunião subsequente. §1º – As atas serão arquivadas na sede do PESV e disponibilizadas para os interessados. Capítulo I - Dos Membros do Conselho Seção I - Da Presidência Art. 14 - A Presidência do Conselho é exercida pela Gerência do PESV. Art. 15 - Ao Presidente caberá, quando necessário, o voto de qualidade. Art. 16 -São atribuições do Presidente: I - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho; II - Aprovar a pauta da reunião; III - Submeter ao Plenário o expediente oriundo da Secretaria Executiva; IV - Requisitar serviços dos membros do Conselho e delegar competência; V - Constituir e/ou extinguir, em caráter de urgência e de forma fundamentada, Grupos de Trabalho “ad referendum” do Conselho, submetendo à análise do Plenário na 1ª (primeira) reunião subsequente; VI - Representar o Conselho ou delegar sua representação; VII - Assinar as atas dos assuntos tratados nas reuniões do Plenário; VIII - Tomar decisões “ad referendum” do Conselho, em caráter de urgência e de forma fundamentada, submetendo à análise do Plenário na 1ª (primeira) reunião subsequente; IX - Autorizar a divulgação na imprensa, de forma Institucional, de assuntos em apreciação ou já apreciados pelo Conselho; X - Dispor sobre o funcionamento administrativo da Secretaria Executiva e resolver os casos não previstos neste Regimento, com aprovação do Conselho; XI - Organizar e manter arquivada toda documentação relativa às atividades do Conselho. Seção II - Dos Conselheiros Art.17 - Aos Conselheiros do PESV compete: I - Comparecer, participar, votar e propor convocações nas reuniões do Conselho; II - participar efetivamente dos trabalhos e discussões do Conselho; III - representar o Conselho, quando por delegação do Presidente; IV - pedir vistas de pareceres, apresentar sugestões, emendas ou substitutivos;



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320190329024016015.